

Análise da política e do planejamento linguístico da língua *makhuwa* em contexto da cidade de Pemba, Moçambique

Analysis of the linguistic policy and planning of the *Makhuwa* language in the context of the city of Pemba, Mozambique

Alexandre António Timbane¹

Daniel Cadre Mitilage²

Resumo: Moçambique possui uma diversidade de línguas *bantu* que compartilham o mesmo espaço com português, a língua oficial. Qual é o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba? A pesquisa pretende discutir o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba e na sociedade moçambicana. Especificamente, visa a: (a) analisar como é tratada a política linguística em Moçambique, (b) debater criticamente o tratamento das línguas *bantu* moçambicanas em relação à língua portuguesa e; (c) compreender o cumprimento dos direitos linguísticos no território moçambicano. A pesquisa é relevante porque problematiza o lugar da língua *makhuwa*, em todos os níveis de atuação e convivência na comunidade de fala. A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa quantitativa e o instrumento de coleta de dados foi o questionário on-line (google forms) composto por 28 perguntas sendo 27 fechadas e 1 aberta. O questionário foi respondido por 57 informantes, todos residentes na Cidade de Pemba. Desta pesquisa, conclui-se que o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba, não deve ser apenas nos mercados, parques de transportes rodoviários, nos ritos de iniciação, nas

práticas religiosas, na transmissão da cultura, nas campanhas eleitorais, na comunicação com os vizinhos. Essa língua poderia ser língua do ensino, da justiça, desde que haja vontade política para sua oficialização. A língua *makhuwa* merece ter o direito de ter espaço em ambientes administrativos e escolares, por isso que a proposta da educação bilíngue em Moçambique é importante e urgente para que as línguas não se percam ao longo do tempo.

Palavras-chave: Língua *makhuwa*. Política linguística. Constituição. Moçambique

Abstract: Mozambique has a diversity of Bantu languages that share the same space with Portuguese, the official language. What is the place of the *makhuwa* language in the city of Pemba? This research aims to discuss the place of the *makhuwa* language in the city of Pemba and in Mozambican society. Specifically, it aims to: (a) analyze how language policy is handled in Mozambique, (b) critically debate the treatment of Mozambican Bantu languages in relation to the Portuguese language, and (c) understand

¹ Titulação e filiação institucional do autor, seguida do ORCID Id e do E-mail, atualizados também no cadastro do autor na plataforma da revista. ORCID Id: <https://orcid.org/> ..

² Licenciado no Curso de Letras-Língua Portuguesa, no Instituto de Humanidades e Letras, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8162-5679>. E-mail: cadredani@gmail.com

the fulfillment of linguistic rights in Mozambican territory. The research is relevant because it problematizes the place of the *makhuwa* language at all levels of activity and coexistence in the speech community. The methodology used in this work was quantitative research, and the data collection instrument was an online questionnaire (Google Forms) composed of 28 questions, 27 closed and 1 open. The questionnaire was answered by 57 respondents, all residents of the city of Pemba. This research concludes that the place of the *makhuwa* language in the city of Pemba should not be limited to markets, road transport parks, initiation rites,

religious practices, cultural transmission, election campaigns, and communication with neighbors. This language could be the language of education and justice, provided there is the political will to make it official. The *makhuwa* language deserves the right to have space in administrative and school environments, which is why the proposal for bilingual education in Mozambique is important and urgent so that languages are not lost over time.

Keywords: *Makhuwa* language. Language policy. Constitution. Mozambique

Recebido em: 06/04/2026

Aceito em: 29/04/2026



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Falar de língua/línguas parece um assunto fácil e que talvez não mereça uma certa atenção especial, pois o ser humano tem feito uso da língua no seu dia a dia para diversos fins, e, às vezes, nem para refletir criticamente sobre a forma com que faz o seu uso. Segundo António (2021), a língua é o repositório das memórias oralizadas, escritas e, sobretudo, de imemorial relação com a nossa ancestralidade, e as manifestações linguísticas não ocorrem fora do território, do espaço, dos lugares, do cotidiano e, especialmente, dos sistemas culturais. O autor debate a relevância da língua para as sociedades ilustrando que a cultura é importante e está relacionada à língua.

A língua, sendo meio de expressão de ideias e pensamentos, vive e se desenvolve no seio social, contribuindo para as relações comunicativas. Toda a sociedade humana possui uma língua, que na sua essência é abstrata e expressa por meio da fala, da escrita ou de sinal (para o caso das línguas de sinais). António (2021) nos leva a refletir criticamente a respeito não somente do uso da língua, mas do modo ou dos modos com os quais os seres humanos tratam a língua. Este artigo parte do princípio de que cada língua merece um tratamento igual em relação às outras, e que cada língua precisa ser aproveitada e usada para o exercício da comunicação assim como para outros fins, desde que seja do lugar em que as atividades decorrem.

As línguas são parte da cultura, porque é por meio delas que os seres humanos manifestam as suas tradições, crenças e compartilham traços culturais, principalmente na transmissão do conhecimento de geração em geração. Por isso, questiona-se: qual é o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba? A língua *makhuwa* é umas das línguas mais faladas em Moçambique, possuindo vários dialetos falados em diferentes distritos e cidades. Sendo assim, o *Emakhuwa* possui um papel preponderante na transmissão da cultura, nas práticas religiosas e da evocação aos antepassados, e nos ritos de iniciação que são parte integrante das culturas locais. A língua *makhuwa* é bastante utilizada em campanhas eleitorais, porque é por ela que a mensagem dos candidatos consegue chegar ao eleitor, por mais que seja analfabeto. A língua *makhuwa* é a língua da maioria da população de Pemba, sendo usada no ambiente doméstico em reuniões familiares e na criação dos filhos.

Este artigo tem como objetivos gerais: problematizar e discutir o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba e na sociedade moçambicana. E como objetivos específicos: (a) analisar como é tratada a política linguística em Moçambique, (b) debater criticamente o tratamento das línguas *bantu* moçambicanas em relação a língua portuguesa; e (c) compreender o cumprimento dos direitos linguísticos no território moçambicano. O artigo se justifica por se tratar de um assunto importante para a sociedade, porque a língua é um meio de comunicação indispensável para o ser humano.

A pesquisa é relevante porque problematiza o lugar da língua *makhuwa*, em todos os níveis de atuação e convivência na comunidade de fala. Muitos cidadãos não estão informados sobre os direitos linguísticos tal como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, n.p), que determina no artigo 9º que “todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas”. As populações falantes da língua *makhuwa* devem se orgulhar pela sua língua e estabelecer um conjunto de políticas para que as suas línguas sejam ensinadas e protegidas, apoiando a criação de dicionários e gramáticas.

Por não conhecer o lugar das línguas, cidadãos não gozam dos seus direitos linguísticos, nem procuram questionar por que a língua sofre preconceito, incluindo os seus falantes e seus dialetos. Trata-se de um tema com poucas referências bibliográficas e que busca valorizar as línguas locais em favor das suas comunidades. Joseph Ki-Zerbo (2006) não acredita que se possa alfabetizar os africanos sem recorrer às línguas africanas porque as línguas africanas são línguas da interpretação do seu mundo e das relações das suas identidades. Ki-Zerbo acrescenta que “se recorrêssemos a essas línguas, poderíamos fixar-nos, como objetivo a médio prazo, assegurar a alfabetização total” (KI-ZERBO, 2006, p.152). Com essas palavras, o historiador africano chama atenção para a causa linguística como um elemento fundamental para o desenvolvimento endógeno.

Esta pesquisa vai despertar a necessidade da valorização da língua local para além da oficialização pelo menos no município de Pemba por forma a que cidadãos possam se expressar livremente em todos os espaços sem limitação ou preconceito. A língua *makhuwa* não é inferior ao português, pois todas as línguas são relevantes para as comunidades que as falam. Pretende-se também sensibilizar as autoridades para o apoio à educação bilíngue que pode promover a língua autóctone. Sua relevância ocorre por proporcionar discussão entre académicos, a fim de que as línguas africanas sejam cada vez mais estudadas e descritas em trabalhos de conclusão de cursos. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) sendo uma

universidade internacional é um espaço adequado para o debate aprofundado sobre as línguas africanas, o que pode promover a formação de quadros superiores que respeitem as línguas das suas origens.

O artigo está dividido em quatro sessões. Na primeira, faz-se uma análise crítica da política linguística em Moçambique. Na segunda sessão, a preocupação é voltada ao cumprimento dos direitos linguísticos em Moçambique. A terceira sessão, faz-se um debate de forma aprofundada sobre a situação sociolinguística do território moçambicano. Busca-se dialogar com aspetos relacionados ao lugar da língua *makhuwa* na sociedade moçambicana, sendo não somente uma das “línguas nacionais” moçambicanas, título dado pela Constituição da República, mas também a língua nacional com o maior número de falantes no país, totalizando, assim, 26,4% da população moçambicana que tem a língua *makhuwa* como sua língua materna (INE, 2017). A quarta e última seção apresenta a metodologia e as análises que culminam com as considerações finais.

1. Por uma análise crítica da política linguística em Moçambique

Desde os tempos da expansão europeia, que culminaram em escravização e colonização de vários povos, desde África, América e Ásia, viu-se que continentes sentiram e ainda sentem os impactos da colonização em diversos níveis: político, econômico, social, cultural e até linguístico, tendo suas estruturas desestabilizadas pelos governos colonizadores presentes nos seus territórios. Houve a abolição da escravatura, que se traduziu em abandono territorial dos lugares/países e ou continentes da parte dos colonizadores em relação as suas colônias, assinaturas e proclamação de independências de vários territórios que estavam sob o jugo colonial, mas verifica-se a presença do colonialismo e seus impactos no seio dos países ex-colônias e agora independentes, havendo interferência nos modos de governar, socializar, e na criação de políticas para diversificadas áreas.

As línguas nacionais, regionais, provinciais/estaduais e municipais faladas nos territórios ex-colonizados, principalmente antes da colonização, foram e ainda são uma das áreas mais afetadas e que ainda carregam a marca da opressão colonial, sofrendo imposições, alterações, desvalorização e apagamento como se não existissem (o lugar das línguas locais tem sido uma incógnita). Por isso mesmo, vários países africanos não oficializaram as suas línguas locais, e que há quem diga que o fato de os países africanos terem muitas línguas é um impedimento para essa oficialização, mas autores como Tamba e Timbane (2024) nos ajudam com essa questão mostrando que:

o multilinguismo é um fenômeno normal, de tal forma que se oficializarmos as diversas línguas africanas nos espaços onde elas ocorrem não haveria nenhum problema. A África do Sul (concretamente no Governo de Nelson Mandela) demonstrou claramente que a convivência de múltiplas línguas num mesmo país é de salutar, pois as comunidades reconhecem o poder das línguas e a sua relevância para a existência (Tamba; Timbane, 2024, p.2).

Na citação acima, está bem claro que o multilinguismo não deve ser visto como um problema para a não oficialização das línguas locais dos países africanos, algo que causaria desentendimento ou atraso no crescimento e desenvolvimento de um país, porque é algo normal que não interfere nem prejudica no exercício das atividades políticas, econômicas, religiosas, etc., das comunidades que as falam, mas o que acontece que é “a mesma ideologia colonial se manifestou no período pós-colonial, uma vez que as línguas africanas não foram tidas em conta” (Tamba; Timbane, 2024, p.4).

As línguas africanas merecem o mesmo tratamento que as línguas europeias gozam nos países africanos, pois elas existem e é através delas que os africanos se comunicavam e organizavam a sua vida social antes da chegada dos europeus com as suas línguas. É importante destacar que “as línguas surgiram juntamente com a humanidade” (Tamba; Timbane, 2024, p.3), o que quer dizer que as línguas europeias tanto as línguas africanas, não são uma mera invenção, não surgiram ao acaso, e assim merecem um tratamento igual sem discriminação nenhuma. Fica evidente, aqui, que as línguas sempre acompanharam a humanidade e os seus falantes desde os tempos passados, muito antes da chegada dos europeus em África.

Assim, não devemos simplesmente ignorar o fato de que as línguas africanas sempre existiram desde que os povos africanos surgiram na humanidade, e essas mesmas línguas sempre os acompanharam na comunicação e nas suas atividades no meio da sua convivência no dia a dia, nem aceitar que as línguas europeias sejam as únicas línguas oficiais nos países africanos, pois isso é atribuir a elas um status de superioridade e de privilégios em relação às línguas locais e originárias do continente africano

Segundo Severo (2013), **política linguística** é um ato, uma prática de caráter estatal-legislativo, no que tange à materialização da oficialização de línguas, à escolha do alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais etc.). Já o **planejamento linguístico** é a implementação das decisões sobre a língua através de estratégias (quando a autora fala de estratégias, ela se refere às políticas), como as políticas educacionais, com a finalidade de influenciar o comportamento dos sujeitos em relação à aquisição e ao uso dos códigos linguísticos.

A Constituição da República de Moçambique de 2004, no seu art. 9º declara que “o Estado valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”. No seu art. 10, declara ainda que “na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial”. Fica bem claro aqui que as políticas linguísticas refletem muito naquilo que será o tratamento e organização linguísticas do país. Onde há falhas nesse quesito, muita coisa fica prejudicada. Mas também não basta ter a formulação das políticas, mas não as aplicar na prática. Na Constituição (2004), as línguas locais foram nacionalizadas e não oficializadas, o que já é um erro, pois poderiam ser também oficiais junto ao português. O Estado moçambicano valoriza as línguas nacionais, mas não dá a elas o direito de estar na mesma posição que a língua portuguesa. É de criticar este ato, pois coloca acima a língua que não é de origem africana/moçambicana acima das línguas *bantu* moçambicanas.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, n.p.) estabelece que:

[...] todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções; cada língua é uma realidade constituída coletivamente e é no seio de uma comunidade que ela está disponível para o uso individual como instrumento de coesão, identificação, comunicação e expressão criadora; todas as comunidades linguísticas têm o direito de organizar e gerir os seus próprios recursos, com vista a assegurarem o uso da sua língua em todas as funções sociais; todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas; todas as comunidades linguísticas são iguais em direito.

Este documento considera inadmissíveis as discriminações contra as comunidades linguísticas baseadas em critérios como o seu grau de soberania política; a sua situação social, econômica ou qualquer outra; o nível de codificação, atualização ou modernização alcançado pelas suas línguas. Assim, na aplicação do princípio da igualdade, devem ser tomadas medidas indispensáveis para que esta igualdade seja real e efetiva. Já no domínio público, todos têm o direito de desenvolver todas as atividades na sua língua, se for a língua própria do território onde residem, etc. Estes são alguns dos pontos que constam na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), que servem de apoio no desenrolar deste estudo. O seu cumprimento depende de vários fatores envolvidos, desde o posicionamento das autoridades estatais, leis e regulamentos internos nacionais, o que vamos ver mais adiante neste trabalho.

Timbane, Quebi e Abdula afirmam que: “em todo o mundo, as línguas desempenham um papel importante na comunicação. É através delas que se estabelecem

laços de pertença étnica, política, econômica ou cultural” (2012, p.3). Para os autores, a língua desempenha um grande papel na humanidade, não só na comunicação, mas também na prática ou no exercício da política, algo indispensável para o ser humano. Logo, segundo os autores, se existe uma língua em um certo lugar, ela precisa ser explorada e não deixada de fora no exercício das ações dos habitantes desse lugar, ela deve estar inserida e se fazer sentir no seio das comunidades dos seus respectivos falantes, assim como afirma a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), acima citada.

1.1 O cumprimento dos direitos linguísticos em Moçambique

Segundo De Paula e Quiraque (2017), na Constituição da República de 1990, assim como na de 2004, apenas houve a consagração da língua portuguesa como a língua oficial, mas não houve de forma explícita uma designação a respeito das funções das línguas consideradas nacionais, e que a própria constituição declara a sua valorização.

Para esses autores, tal fato permite e faz com que o maior número de pessoas, comunidades falantes dessas línguas que não têm um alto domínio da língua portuguesa, sejam excluídas das atividades oficiais e da educação, trazendo perdas em todos os níveis ao governo, e principalmente a população moçambicana.

Partindo das análises acima, podemos observar que, a Constituição da República de Moçambique (2004), sendo um documento que rege toda a população moçambicana, cidadão mais velho de Moçambique, as instituições públicas e privadas e muito mais, constata-se como o primeiro motor do não cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL), e consequentemente as autoridades e as comunidades privilegiadas, pelo simples fato de terem um alto domínio de fala e escrita na língua portuguesa, vão reproduzir o que a constituição declara, deixando assim marcas que revelam que não é de grande relevância o uso das línguas locais de forma oficial em atividades muito importantes, como jornalismo nacional que cobre informações de grande relevância (seja na rádio e nos canais televisivos), na própria educação e nos diversos níveis acadêmicos presentes no sistema de ensino em Moçambique. De Paula e Quiraque (2017) levantam questionamentos em relação à valorização e cumprimento dos direitos linguísticos em Moçambique.

Entretanto, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) não fica de fora quando se trata do cumprimento dos Direitos Linguísticos em Moçambique. Ela declara que “todos os povos têm direito a exprimir e a desenvolver a sua cultura, a sua língua e as suas normas de organização e, para o fazerem, a dotarem-se de estruturas

políticas, educativas, de comunicação e de administração pública próprias, em quadros políticos diferentes.” (Dudl, 1996, n.p.). No seu art. 6º, a mesma Declaração exclui a ideia de que uma língua possa ser considerada própria de um território unicamente por ser a língua oficial do Estado ou ser tradicionalmente utilizada nesse território como língua de administração ou de certas atividades culturais. Em Moçambique, a língua portuguesa tem sido uma língua de privilégios, por ser considerada e consagrada pela própria Constituição da República (2004) como a língua oficial, o que sustenta a ação de desvalorização e pouca importância em relação às outras línguas locais de Moçambique.

Diante das declarações acima, pode-se perceber que existe uma irregularidade no que tange ao cumprimento dos direitos linguísticos, quando um país não se empenha na íntegra para incluir e fazer o devido uso das línguas locais em setores de grande relevância no exercício das suas atividades oficiais, assim, excluindo-as e/ou não dando o seu devido valor (Dudl, 1996).

A escolha da língua portuguesa como língua oficial não ocorreu por vontade da população, mas sim dos políticos que determinaram o assunto sem nenhuma consulta pública. Isso significa que a imposição do português, primeiro ocorreu pela ideologia colonial, e mais tarde (1975) pelos políticos. São os mesmos políticos que, hoje, recusam a oficialização das línguas *bantu* em contexto moçambicano. A oficialização das línguas *bantu* traria a autoestima, a revitalização e prestígio para os falantes. O atraso do desenvolvimento das línguas africanas foi e é engendrado pelos políticos moçambicanos, porque bastava uma emenda constitucional para incluir todas as línguas *bantu* como oficiais.

A oficialidade de uma língua dá poder, ou seja, a língua oficial tem poder sobre aquelas que não são oficiais. Não é por acaso que a África do Sul oficializou 11 línguas (Inglês, *Afrikaans*, *Ndebele*, *Pedi*, *Swati*, *Sotho*, *Tsonga*, *Tswana*, *Venda*, *Xhosa* e *Zulu*), das quais 10 são de origem africana. Essa estratégia é importante, porque os cidadãos podem utilizar a língua que desejarem nas províncias onde a língua é falada. Neste caso, a oficialização é do país, mas os usos dependem do interesse dos cidadãos e das províncias onde essas línguas são faladas. Moçambique poderia experimentar essa prática que não exclui, mas sim trata todas as línguas de forma equitativa e sem preconceito.

2. Situação sociolinguística em Moçambique

Moçambique tem povos pertencentes a diversas etnias falantes de diversas línguas. A língua não é um mero instrumento de comunicação, mas também é marca de

identidade de um povo. Por isso, é necessário debater aspectos inerentes às línguas. As línguas se ligam à cultura oferecendo significados interpretáveis e compreensíveis pelos membros da comunidade. Para falar da situação Sociolinguística em Moçambique, vamos recorrer a pesquisadores como Ngunga e Bavo (2011), Timbane (2016, 2019, 2023), Timbane e Vicente (2017), Ngunga e Faquir (2012). De acordo com Timbane,

Moçambique é um país multilíngue, multicultural, cheio de crenças e tradições que guiam as regras de ser e de estar em sociedade. A diversidade linguística nunca constituiu um problema para os povos locais; ela é apreciada como elemento importante para a identidade étnica. Pela língua é possível identificarmos de onde a pessoa vem, qual é a sua etnia e em alguns casos é possível identificar o sobrenome (nome de família), saber de qual região provém, qual é a sua árvore genealógica assim como a história do povo a que pertence (Timbane, 2023, p.2)

Segundo Timbane (2023), desde o surgimento da raça humana (humanidade), a África tinha um modo de organização, onde se encontravam agrupados em impérios, reinos e etnias, e eram usados vários idiomas que tinham e têm ainda uma relação direta com as práticas culturais. O autor vai ainda mais a fundo, afirmando que a mesma África que se encontra dividida em países, ou seja, foi tirada a sua organização em forma de reinos e impérios para o modelo de países, e quem fez essa divisão foram os europeus, justamente na Conferência de Berlim de 1884/1885, e não houve nem sequer uma ação de consulta aos habitantes e povos nativos da África ao se planejar e materializar essa noção de país/países que se introduziu no seio africano.

Um fato importante que o autor não deixa passar é que: o ecossistema linguístico dos africanos não incluía o conceito “país”. O autor defende que a Partilha da África realizada na Conferência de Berlim de 1884/1885, não respeitou as línguas, não considerou os grupos étnicos nem sequer as culturas, e por essa razão os povos africanos foram divididos por limites e fronteiras geográficas artificiais, mas não respeitando os fatores linguísticos.

Em Moçambique, a língua oficial é a língua portuguesa, e não restam dúvidas em relação a esta afirmação, pois vimos que na Constituição da República de Moçambique de 2004 (Art. 9º), essa é a língua consagrada como a oficial. É de grande relevância para nós, mostrar quais são e quantas línguas são faladas em Moçambique. Mas, Timbane e Vicente (2017), em sua obra “O Plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação inovadora”, nos mostram que não é uma tarefa fácil responder categoricamente sobre quantas línguas são faladas em Moçambique, sem recorrer a estudos publicados, pesquisas, debates e consensos realizados, entre moçambicanos e africanos do mundo, reunidos em seminários sobre as Línguas *Bantu* (LB) maternas.

Entretanto, conforme Ngunga e Faquir (2011), 17 línguas encontram-se padronizadas, sendo elas todas do grupo *bantu*, um resultado do trabalho realizado no III Seminário de padronização ortográfica, em setembro de 2008. E as 17 línguas padronizadas são: *Kimwani*, *Shimakonde*, *Ciyaawo*, *Emakhuwa*, *Echuwabu*, *Einyanja*, *Cinyungwe*, *Cisena*, *Cibalke*, *Cimanyika*, *Cindau*, *Ciwute*, *Gitonga*, *Citshwa*, *Cicopi*, *Xichangana* e *Xirhonga*. É importante considerar que “não é pelo fato de não terem sido padronizadas que as outras línguas não existam. Elas existem, são faladas por populações no cotidiano, mas para o seu reconhecimento pela política linguística é necessário que tenham dicionário, ortografia padronizada e gramática escrita” (Timbane; Vicente, 2017, p.5).

Para Timbane e Vicente (2017) apesar da padronização dessas 17 línguas, verifica-se um aumento ou crescimento do número de falantes da língua portuguesa e um decréscimo das línguas locais. Os autores apontam como uma das causas de isso acontecer, a **política e planejamento linguísticos** que privilegiam a língua portuguesa em relação às restantes línguas locais, dando um status de superioridade à língua portuguesa e de inferioridade a essas línguas.

Com relação à África do Sul, que tem a língua inglesa como uma língua oficial e ainda tem outras línguas nacionais/locais que também são oficiais, percebe-se que nem o inglês nem as outras línguas nacionais/locais oficiais desmerecem o lugar de cada uma delas, todas desempenham o mesmo papel e têm os mesmos direitos, não inferiorizando nenhuma língua declarada oficial, um caso bem diferente do que acontece em Moçambique, que a língua portuguesa tem um *status* maior e de privilégios no seio do povo moçambicano.

Os autores, discutindo a respeito do caso sul-africano, afirmam o seguinte: “as políticas linguísticas colocaram as línguas africanas no mesmo patamar que a língua do colonizador (o inglês) e essa política resultou na valorização das línguas africanas.” (Timbane; Vicente, 2017, p.6). Existe e verifica-se na África do Sul, o cumprimento na prática, dos direitos linguísticos nas políticas e no planejamento linguísticos, caso muito contrário em Moçambique. A seguir, o quadro 1 nos mostra a posição da língua portuguesa em relação às outras línguas africanas de Moçambique e os espaços (rural e urbano) onde são faladas.

Quadro 1: Recenseamento Geral da População - Moçambique 2017

Linguas	Lingua Materna			Lingua falada com mais frequência em casa		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
N	22 243 373	7 502 906	14 740 467	22 243 373	7 502 906	14 740 467
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Português	16,7	39,2	5,2	16,9	42,8	3,7
Emakhuwa	26,4	19,6	29,8	26,6	19,5	30,2
Xichangana	8,7	11,3	7,3	9,0	11,9	7,5
Elomwue	7,2	2,7	9,5	7,3	2,5	9,7
Cinyanja	6,9	1,3	9,7	7,1	1,2	10,0
Cisena	7,1	5,2	8,1	7,0	4,7	8,1
Echuwabo	4,8	3,3	5,5	4,5	2,3	5,6
Cindau	3,8	1,7	4,8	3,7	1,3	4,9
Xitswa	3,8	3,0	4,2	3,5	2,2	4,2
Mudo ¹	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Otras linguas moçambicanas	13,2	11,0	14,4	13,3	10,1	14,9
Linguas estrangeiras	0,5	0,7	0,4	0,4	0,4	0,4
Desconhecida	0,9	1,0	0,9	0,9	1,0	0,9

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas - INE (2017, p.25)

Podemos assim ver que a língua portuguesa não é a língua materna da maior parte da população moçambicana, é a língua que politicamente deve ser usada em todo território moçambicano, devido às políticas linguísticas que a privilegiam e dão a ela o status de superioridade, sendo assim a língua “perfeita” e sem restrição de fala e uso em Moçambique.

A maioria dos falantes da língua portuguesa localiza-se na zona urbana (39,2%), enquanto as restantes línguas africanas são faladas na zona rural. Com relação à língua portuguesa falada em casa, os dados mostram que apenas 3,7% dos moçambicanos utilizam-na em casa na zona rural. As outras línguas *bantu* moçambicanas não citadas no quadro totalizam 13,2% e que elas são mais faladas nas zonas rurais. Esse quadro mostra que a língua portuguesa nas zonas rurais é falada por obrigação e não por vontade dos cidadãos. As pessoas priorizam mais as línguas africanas. Já nas zonas urbanas a tendência é de aumento dos falantes de português pelo fato de ser língua de ensino e das oportunidades.

Os dados recebidos pelo INE são incompletos, pois não oferecem informações claras sobre: a) as línguas africanas faladas em Moçambique; b) as tais línguas desconhecidas; c) os falantes da Língua Moçambicana de Sinais (LMS); d) as línguas estrangeiras. Essa atitude camufla a realidade sociolinguística. Não existem línguas “desconhecidas” em Moçambique. Só existem línguas que não foram recenseadas. Se não se pergunta qual a língua a comunidade fala, essa língua se tornará “desconhecida”. Quando o Estado e o Governo não sabem quantas línguas e onde são faladas como vão se estabelecer políticas para a preservação dessas línguas? Por outro lado, como o Estado vai materializar o Art. 10 da Constituição de 2004? Isso é grave e preocupante se entendermos a língua como parte da cultura e das tradições dos povos de Moçambique.

Por outro lado, o INE coloca a LMS como língua “mudo”. Não existe língua “mudo”,

mas sim LMS reconhecida pelos acadêmicos. Trata-se de uma língua de sinais completa com toda a estrutura linguística semelhante às línguas orais. As línguas de sinais têm fonética e fonologia, tem morfologia e sintaxe, tem semântica e pragmática. A LMS merece o seu devido espaço na sociedade moçambicana havendo necessidade de intérpretes de sinais nos hospitais, nas esquadras, nos Ministérios, nas escolas e em todos os espaços de vida em sociedade.

Moçambique faz fronteira com cinco países. Por isso, algumas línguas dos países vizinhos são faladas no país. É o caso de *Isizulu*, *IsiSwati*, *Swahili*, *Cishona* entre outras. Nas regiões de fronteira entre Moçambique e outros países vive-se uma mistura de línguas, o que não pode ser encarado como negativo. Nesses espaços há interferências linguísticas que tornam as línguas mais desenvolvidas. Cabe lembrar que as fronteiras linguísticas são diferentes das fronteiras políticas. Por exemplo, uma língua do sul de Moçambique como *xichangana* é falada em três países: África do Sul, *Eswatini* e *Zimbabwe*, sendo até língua oficial nesses países. Esse dado mostra como as línguas extrapolam os limites políticos. Desta forma, entende-se que as línguas *bantu* de Moçambique também poderiam ser oficiais. O caso sul-africano é um exemplo vivo de um país africano, e ainda vizinho de Moçambique, com políticas e planejamento linguísticos que não desvalorizam nenhuma língua, mas sim, dão a elas o direito de lugar de existência no país.

3. O lugar da língua *makhuwa* na sociedade moçambicana

A língua *makhuwa* é falada em 5 províncias em Moçambique que são: as províncias de Cabo Delgado, Nampula, Niassa (Cabo Delgado, Nampula e Niassa são províncias da Região Norte de Moçambique), Zambézia e Sofala (ambas fazem parte da Região Centro), que juntas somam um total de 26,4%, sendo 19,6% na zona urbana e 29,8% na zona rural. Essa língua é falada com mais frequência por 26,6% da população total (cf. quadro 1). Isso mostra que a língua *makhuwa* é a língua com o maior número de falantes em Moçambique, com um universo de variedades e sotaques, mas os falantes dela se compreendem perfeitamente, independente da província em que se encontrem.

Segundo Ngunga e Bavo (2011), a língua *makhuwa* é utilizada em conversas e encontros entre amigos, nas missas em igrejas e mesquitas, em encontros e conversas familiares, em reuniões cuja participação envolve famílias, amigos ou mesmo um certo número de habitantes de uma comunidade com a finalidade de tratar assuntos relevantes sem a interferência de entidades políticas ou administrativas. Percebe-se também que o uso dela é notório em chamadas (comunicação oral) feitas pelo telemóvel e não na escrita. Podemos observar que existe um domínio considerável da língua *makhuwa* nos contextos acima citados, mas uma das coisas que

chama atenção é o uso dela somente entre familiares, amigos, reuniões entre a comunidade, nas igrejas e mesquitas, mas sem envolver as entidades públicas ou administrativas, porque isso faria com que houvesse a mudança de *Emakhuwa* para a língua portuguesa, principalmente por se tratar de uma língua que foi reconhecida constitucionalmente como a língua que deve ser usada em atividades oficiais governamentais e administrativas, fazendo com que as pessoas olhem a língua portuguesa como a língua que deve ser somente usada quando se tem a presença envolvida das entidades administrativas e políticas, mesmo quando existe um domínio de fala da língua *makhuwa* no seio dessas entidades. Isso mostra que o povo se vê obrigado a usar a língua portuguesa, mesmo quando não é necessário o seu uso. Ngunga e Bavo (2011) nos mostram que as línguas nacionais moçambicanas são usadas principalmente em contextos tradicionais, os quais não envolvem as entidades administrativas e políticas. Para Ngunga e Bavo (2011), a língua portuguesa tem mais domínios na sociedade moçambicana, os quais são: **administração, familiares, amigos, missas, computador, reunião** assim como no **telemóvel** por via oral. O fato de os autores terem mencionado esses domínios não significa que não haja outros em que podemos ver a presença da língua portuguesa, sendo que ela é constitucionalmente a língua que deve ser usada em quase todos os contextos. Para os autores, “os falantes da língua portuguesa são os únicos que dispõem de uma língua capaz de ser usada, sem nenhuma restrição, em todos os domínios desde a administração até aos círculos de amigos.” (Ngunga; Bayo, 2011, p.27).

3.1 Na Comunicação Social

Quanto à comunicação **social**, segundo Ngunga e Bavo (2011) a língua *makhuwa* é usada na **Rádio**, no **Telemóvel** (nas operadoras telefônicas) somente via oral, na **Televisão** ainda não é usada a língua *makhuwa*, pois a língua usada nesse meio de comunicação é a língua portuguesa e no **Jornal** ainda não é usada a língua *makhuwa* (não há artigos impressos na língua *makhuwa*, tudo é escrito na língua portuguesa).

3.2 Na Educação e Literatura

Indo para a **Educação e Literatura**, conforme Ngunga e Bavo (2011), a língua usada é a língua portuguesa, dominando fortemente. Para os autores, os materiais usados nessas áreas são: livros de leitura, gramática, dicionário, livros infantis, glossário, livros religiosos e outros. Esses são escritos na língua portuguesa, a língua *makhuwa* não tem uma presença na escrita nessas áreas, mas os autores vão mostrar que:

Todavia, embora não oficialmente, no ensino primário, as línguas moçambicanas são muitas vezes usadas como recurso, quando a comunicação entre o professor e os alunos fica bloqueada por razões linguísticas. Isto é, contrariando aquilo que a nível da escola se julga ser politicamente correcto, a proibição do uso das línguas maternas dos alunos, os professores usam essas línguas quando acham esgotados todos os recursos linguísticos para explicarem as matérias em Português (NGUNGA; BAYO, 2011, p.29).

Sendo assim, pode-se perceber sem nenhuma dúvida, que são as autoridades políticas que insistem que seja considerada que a língua correta e que melhor dispõe de recursos para o ensino nas escolas do território moçambicano seja a língua portuguesa, o que nos leva a refletir sobre o poder e a influência do colonialismo mesmo depois da libertação nacional de Moçambique. Consegue-se, aqui, entender que mesmo com essa insistência política favorecendo a língua portuguesa, há casos e situações em que há choques por não haver compreensão linguística, comprovando que por mais que as línguas locais não sejam politicamente oficiais, elas desempenham inúmeros papéis mesmo no sistema nacional de ensino, facilitando assim o processo de aprendizagem.

3.3 Na justiça

Em relação à justiça, Timbane (2016) defende que a sede pela justiça é algo que é constante em todas as sociedades, e que o Homem sempre procurou a justiça, seja ela tradicional ou moderna, com a finalidade de fazer dela o lugar ou meio de resolução do que são os seus problemas e conflitos de toda ordem. Sendo assim, entende-se que não importa o lugar, sociedade ou país que seja, a sede pela justiça é algo que sempre acompanhou o ser humano, pois através da justiça, pode-se resolver as coisas de forma justa, honesta e lícita.

No caso da justiça moderna, a polícia é sempre o garante da lei e da ordem públicas e, assim, há uma necessidade constante de aperfeiçoamento. As instituições de formação policial constituem um espaço adequado para a troca de conhecimentos que visam o melhoramento da atividade policial. Por outro lado, Moçambique é um país com muitas línguas e cada região tem a sua língua. A maioria da população moçambicana é analfabeta e não conhece a língua oficial. Mesmo os poucos alfabetizados não possuem conhecimentos linguísticos suficientes que lhes permitam discutir profundamente em português. Na justiça tradicional, a língua oficial é uma das línguas bantu moçambicanas e na justiça moderna a língua social é apenas português (TIMBANE, 2016, p.2).

O autor mostra que a língua usada na justiça tradicional não é a mesma usada na moderna, sendo a língua oficial escolhida para ser usada, uma das línguas locais de domínio da comunidade local em que ocorre o processo da justiça, mas diferentemente

do que acontece na tradicional, na justiça moderna somente o português é a língua oficial e que vai dirigir o processo da justiça moderna, mas nem toda a população moçambicana tem o domínio de fala e compreensão da/na língua portuguesa que é a oficial, mas a maioria da população não possui suficientemente conhecimentos que a permitam discutir e debater na língua portuguesa profundamente.

Timbane (2016) defende que a linguagem é algo complexo, carregando assim significantes e significados que vão diferir de cultura para cultura. Mas, por causa ideia de “unidade nacional” através da língua oficial, ou seja, a língua portuguesa, promovendo a falsa ideia de que há compreensão, harmonia e unidade por intermédio dela, por ser uma língua que por lei é oficial e deve ser usada em todos os âmbitos no território nacional, Timbane traz críticas e afirma o seguinte:

há quem possa entender que a investigação criminal, por exemplo, não tem necessidade de intérprete uma vez que a “unidade nacional” permite que nos entendamos e compreendamos mutuamente. A justiça valoriza a interpretação no julgamento porque está estipulado na lei (art.235º, do Código do Processo Penal, 2015), mas não no nível da esquadra. Se todo o processo inicia na esquadra com o Oficial de permanência quando anota a queixa/denúncia, se a língua está intimamente ligada à cultura do sujeito, então como o suspeito/acusado consegue se defender em situação da justiça utilizando uma língua diferente? Avança-se a hipótese de que os suspeitos/acusados não percebem o perigo que incorrem ao tentarem se explicar ou esclarecerem fatos à polícia utilizando uma língua desconhecida (TIMBANE, 2016, p.2).

Assim, percebe-se que essa ideia de a língua portuguesa ser a língua da “unidade nacional”, mas que o uso das outras línguas locais, dentre elas, *Emakhuwa*, *xichangana* e outras línguas bem-conhecidas e que foram padronizadas, traria divisionismo no seio dos moçambicanos, tem suas contradições, até porque o exemplo da vizinha África do Sul, que oficializou não só a língua inglesa, mas também outras línguas do território sul-africano, contraria essa ideia de que ter só uma língua oficial traria/traz unidade nacional. As políticas e planejamento linguísticos moçambicanos continuam favorecendo a língua portuguesa mesmo na Justiça, um setor em que se espera mais justiça na prática. Verifica-se que não há valorização das línguas locais de Moçambique. Pois, valorizar algo significa dar o seu devido valor na prática.

3.4 Na política

Em relação à área da política, Ngunga e Faquir (2012) nos mostram que as línguas moçambicanas têm a sua presença notável naquilo que são os discursos políticos, mas com maior frequência no período de campanhas eleitorais. Os autores apontam que as

línguas moçambicanas são “valorizadas” nos discursos políticos e nas campanhas eleitorais. Mas, quando são outros momentos em que a política se manifesta, essas mesmas línguas têm o seu apagamento, como se não fizessem parte de Moçambique e fosse impossível fazer-se política em línguas locais.

Assim, os mesmos políticos que as usam nos discursos políticos e nas campanhas eleitorais, são os que as desvalorizam após conseguir os votos e serem eleitos. Nenhuma língua *bantu* moçambicana escapa disso, mesmo a língua *makhuwa*, a qual possui a maior percentagem de falantes no país. É de questionar e criticar qual é o lugar da língua *makhuwa* e das outras línguas locais de Moçambique, diante de um cenário em que se usa as mesmas línguas desvalorizadas, para tirar proveitos políticos, como se elas só servissem para discursos políticos nas campanhas eleitorais.

3.5 Na religião

Quanto à Religião, Ngunga e Bavo (2011) sinaliza que a língua *makhuwa*, também é usada em encontros e reuniões nas missas de igrejas e mesquitas. Porém, Ngunga e Faquir (2012) vão ainda mais à fundo, mostrando que as línguas moçambicanas são também usadas na tradução bíblica, em catecismos e em outros documentos religiosos, isso desde o tempo colonial. Na atualidade, as Igrejas preferem a língua do povo para “passar a boa nova”, por forma a que os crentes possam entender a mensagem religiosa. As igrejas católicas e islâmicas ainda preservam o português e o árabe, respectivamente, pelo fato de serem conservadoras.

3.6 Na saúde

Em relação à saúde, nos apoiamos na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) no seu Art. 16, que nos diz que “todo o membro de uma comunidade linguística tem direito a exprimir-se e a ser atendido na sua língua, nas suas relações com os serviços dos poderes públicos ou das divisões administrativas centrais, territoriais, locais e supraterritoriais aos quais pertence o território de que essa língua é própria”, para dizer que o lugar da língua *makhuwa* e das outras línguas locais na saúde também depende do cumprimento dos direitos linguísticos em Moçambique, ficou bem claro que as comunidades linguísticas têm o direito de serem atendidas na sua língua, isto é, na sua língua de domínio, nos serviços públicos do país, o que nos leva a encaixar os serviços públicos da Saúde em Moçambique, serviços indispensáveis para o tratamento e combate

às doenças que afetam o ser humano. As línguas precisam ser valorizadas pelos Estados não só na política, mas também em serviços como da saúde.

Assim, Mateus e Timbane (2019), na obra intitulada “Cuidados de Saúde em Gitonga e Português: Rumo a um dicionário bilingue”, vão afirmar que “[...] ao reconhecer os direitos linguísticos dos povos, os Estados abrem o caminho para que as populações recebam uma adequada atenção nas áreas da saúde, educação, acesso aos diversos meios de informação, entre outros, através das suas línguas maternas” (Mateus; Timbane, 2019, p.5). Dessa maneira, pode-se ver que o cumprimento dos direitos linguísticos é indispensável, pois evita que casos como impedimento ao acesso à saúde devido a fatores linguísticos aconteçam e se perpetuem em Moçambique. Como é que uma língua vai servir de barreira para alguém que necessita de atendimento nos serviços de Saúde, onde a vida é vista como o maior valor do Ministério da Saúde Moçambicano? É de grande relevância a vigilância em relação ao cumprimento dos Direitos Linguísticos, pois só assim as línguas *bantu* terão o seu lugar de uso nos serviços dos poderes públicos ou das divisões administrativas. As pessoas têm esse direito e precisam gozar dele.

Bernardo e Timbane (2020) levantam questionamentos em relação ao que acontece nas terras angolanas e mostram que “[...] pela escassez de quadros superiores em saúde, o Governo (por meio do Ministério da Saúde) recebe profissionais brasileiros, portugueses, cubanos, coreanos e chineses. Esses três últimos não têm o português como língua oficial dos seus países” (Bernardo; Timbane, 2020, p.9). Daí que os autores questionam como é que esses profissionais da Saúde de outros países com uma realidade bem diferente, sem conhecer até a realidade sociolinguística vivida em Angola, sem saber até falar as línguas locais de Angola, lidam com aquele/a paciente que não têm domínio da Língua Portuguesa, entendem a explicação dos pacientes, e por último como os *kikonguismos* são compreendidos e interpretados por esses médicos? Está bem claro que as autoridades políticas nem estão preocupados com o cumprimento dos Direitos Linguísticos, violam o Art. 16 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), nem se preocupam para a compreensão linguística entre os profissionais e os pacientes. Os pacientes são obrigados a se adequar a realidade linguística que não é sua, tentando falar e se expressar em uma outra língua, o que pode incorrer em incompatibilidade e desvio da veracidade no que diz respeito ao diagnóstico dado nas consultas. Os mesmos questionamentos, aqui, levantados servem para entender a realidade moçambicana, em que as políticas linguísticas também não têm favorecido as línguas locais *bantu*.

No que concerne à saúde, Ngunga e Bavo (2011) defendem que a língua *makhuwa* serve de base para veicular várias mensagens, que sem o uso da língua *makhuwa*, haveria complicações em termos de compreensão da parte da maioria da população que não fala a língua portuguesa. Os autores apontam para exemplos como os ensinamentos sobre HIV/SIDA que já há livros e folhetos traduzidos para a língua local (*Emakhuwa*). Os autores defendem que a língua *makhuwa* tem valor, mas não tem benefícios, e que as pessoas se comunicam e expressam na língua *makhuwa* no hospital, mas somente perante o agente de saúde que as entendem, e ainda deixam bem claro que só isso não basta. Pois, verifica-se que o português eleva a imagem e o estatuto de toda a pessoa que faz parte do universo dos seus falantes.

4. Metodologia e análise de dados

A orientação metodológica que guiou e sustentou o andamento da pesquisa deste artigo, se enquadra na pesquisa quantitativa, o instrumento usado foi o questionário online (google forms), dirigido para cidadãos moradores da cidade de Pemba, capital da Província de Cabo Delgado ao Norte da República de Moçambique. A cidade de Pemba pertence a Província de Cabo Delgado, cuja população total é 2.316.842 representando a 8,3%, e as províncias mais populosas de Moçambique são as províncias de Nampula com 5.750.350 habitantes correspondentes a 20,6%, e Zambézia com uma população de 5.156.587 cuja percentagem é de 18,5% respectivamente. A metodologia permitiu buscar novas evidências científicas, uma vez que direciona a pesquisa e se conecta ao instrumento utilizado na coleta. Mirada *et al.* (2016) afirmam que:

A pesquisa quantitativa tem como principal característica a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados. Para isso, necessita coletar um conjunto de informações comparáveis e obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. Em geral, essas unidades são os indivíduos, mas podem ser também instituições, empresas, cidades, entre outras, sempre a depender do problema de pesquisa investigado. O que é crucial para a pesquisa quantitativa é que tais unidades sejam comparáveis (Miranda *et al.*, 2016, p.16).

Miranda *et al.* (2016) defendem que através do método quantitativo pode-se formular generalizações a respeito de uma população através de uma amostra com probabilidades. Assim sendo, “essas características contribuem para que seja possível a realização de um teste de hipóteses de modo mais conclusivo” (Miranda *et al.*, 2016, p.16). O método quantitativo nos permite obter dados numéricos fazendo com que a interpretação do fenômeno a ser estudado seja interpretado por meio de estatísticas. Dos dados estatísticos, podem-se construir gráficos, tabelas, quadros que permitem visualizar o fenômeno em estudo.

O questionário é um dos instrumentos na pesquisa quantitativa usado para a coleta de dados, e posteriormente serão feitas as suas análises, assim como mostram Manzato e Santos (2012). Entretanto, Miranda *et al.* (2016) defendem que uma vez que se escolhe os indicadores que irão operacionalizar os conceitos da pesquisa, é importante que sejam traduzidos em perguntas de um questionário, e é a partir daí que se deve fazer a definição das perguntas que devem ser feitas, pois sem elas, os resultados da investigação serão comprometidos.

A escolha deste instrumento justifica-se pelo fato de permitir recolher maior quantidade de dados e por proporcionar vantagens como maior economia de tempo, ou seja, é muito rápido na coleta de dados, seja física ou virtualmente, alcançando maior número de inquiridos, mesmo distante da localização do pesquisador (o questionário pode ser enviado à inquiridos habitantes de outros lugares como: cidades, províncias, regiões e países, via correio ou pelo formato online) assim como afirmam Bastos *et al.* (2023).

Com este instrumento, pretendeu-se coletar dados estatísticos nos ajudassem a: problematizar e discutir o lugar da língua *makhuwa* na Cidade de Pemba e na sociedade moçambicana; analisar como é tratada a política linguística em Moçambique, debater criticamente o tratamento das línguas *bantu* moçambicanas em relação à língua portuguesa e; compreender o cumprimento dos direitos linguísticos no território moçambicano. Para o questionário, foram feitas 28 perguntas fechadas, para cidadãos da Cidade de Pemba, com 18 ou mais anos, independente do bairro de residência.

O questionário é composto por 28 perguntas, sendo 27 do tipo fechadas e uma do tipo aberta. O link do questionário foi enviado pelas redes sociais e e-mails. Cinquenta e sete informantes preencheram o formulário que foi destinado aos cidadãos da cidade de Pemba. Os critérios de inclusão foram: ser maior de idade, ser moçambicano, residir na cidade de Pemba e ter acesso às redes sociais para receber o link. O pesquisador optou

por elaborar mais perguntas fechadas porque muitos participantes não possuem notebook e poderiam ter dificuldades na escrita. Os resultados obtidos na coleta foram analisados pergunta a pergunta e depois realizou-se o cruzamento dos dados entre as questões. Para além disso, os participantes não foram identificados por razões de ética em pesquisa, mas sim foram codificados de 1-57.

4.1 Apresentação e análise de dados

A maioria dos cidadãos da Cidade de Pemba que respondeu ao questionário foi do sexo masculino, totalizando 74,4%, e somente 24,6% do sexo feminino. Desses cidadãos, 20% moram no Bairro de Natite, ficando em primeiro lugar, em segundo lugar ficou o bairro de Ingonane com 18,2%, em terceiro lugar ficou o Bairro da Expansão com 10,9% e quarto lugar ficou o bairro de Chuíba com 5,5%.

Em relação à naturalidade dos cidadãos de Pemba que participam deste questionário, a maioria é natural da Cidade de Pemba contando com 58,2%, em segundo lugar conta com 7,3% que é natural da Cidade de Nampula, e em terceiro lugar com 5,5% são pessoas naturais da Cidade de Maputo. Quanto ao tempo de residência na Cidade de Pemba, 54% responderam que mora na Cidade de Pemba há 21 ou mais anos, seguido de 23,6% há 1-10 anos e por último 21,8% há 11-20 anos. Em relação à faixa etária, 78% têm 18-31 anos de idade e 21% têm 31-59 anos de idade, mas nenhum cidadão dos 60 ou mais respondeu a este questionário, o que revela que idosos não tem muito acesso ou não fazem muito uso das redes sociais e que utilizam mais os seus aparelhos e dispositivos eletrônicos para fazer ligações e trocar mensagens.

No que diz respeito à língua materna dos cidadãos de Pemba, a maioria respondeu que tem como sua língua materna a língua *makhuwa* totalizando 58,2%, 10,9% têm *Kimwani* como sua língua materna, 7,3% têm o português como sua língua materna, 5,5% têm *Shimakonde* como sua língua materna, e somente 3,4% têm, simultaneamente, o Português e *Emakhuwa* como suas línguas maternas.

Quanto aos lugares públicos em que é utilizada a língua *makhuwa*, a informação colhida das pessoas inquiridas é que 83,3% responderam sobre mercados, 30,0% sobre escolas primárias e secundárias, 12,7% sobre universidades, 10,9% sobre esquadras, 9,1% sobre biblioteca municipal, 64,4% sobre parques de transportes rodoviários, 12,3 sobre

conservatória, mas 8,8% responderam sobre nenhum desses lugares ser onde é utilizada a língua *makhuwa*.

Em relação à língua que os cidadãos de Pemba utilizam para se comunicar em casa com a família (pai, mãe, filhos, tios, irmãos, primos, etc.), 66,7% responderam sobre a língua portuguesa, 19,3% sobre a língua *makhuwa* e 14% sobre as línguas *makonde* e *mwani*. Sobre a língua utilizada por esses cidadãos com mais frequência para falar com os vizinhos, 49,1% responderam sobre a língua *makhuwa*, 42,1% sobre a língua Portuguesa, 8,8% sobre a língua *mwani*, ninguém respondeu sobre a língua *makonde*. Quando perguntados que língua utilizam na sua religião, 40,4% responderam sobre a língua portuguesa, 24,6% sobre a língua *makhuwa*, 19,3% sobre a língua Árabe, 7% sobre a língua *mwani*, e 9,7% responderam sobre a língua *makonde* e também a pergunta sobre não frequentar nenhuma religião.

Outrossim, no que diz respeito aos momentos religiosos em que é utilizada a língua *makhuwa* por esses cidadãos inquiridos, 24,6% responderam sobre oração, 24% sobre a leitura Bíblica e do Alcorão, 40,4% nos avisos e anúncios, 45,6% nos cânticos e louvores na Mesquitas e Igrejas, 26,3% sobre o momento de pregação da mensagem Bíblica e do Alcorão, e 14% responderam que não frequentam nenhuma religião. Em relação a língua que os cidadãos de Pemba inquiridos gostariam de assistir as notícias de televisão, 73,7% responderam sobre a língua Portuguesa, 17,5% sobre a língua *makhuwa*, 3,5% sobre a língua *mwani*, 3,5% sobre a língua *makonde*, e somente 1,8% sobre a língua Swahili. Ninguém respondeu a respeito da Língua Moçambicana de Sinais, mesmo sendo um meio de comunicação visual.

A respeito da língua que gostariam de acompanhar as notícias na “Rádio Moçambique”, 61,4% responderam sobre a língua Portuguesa, 29,8% responderam sobre a língua *makhuwa*, 7% sobre a língua *mwani*, e somente 1,8% respondeu sobre a língua Shimakonde. Ninguém respondeu sobre a língua Swahili. Em relação à língua que os inquiridos utilizam/utilizariam para prestar uma queixa ou ser interrogado nas Esquadras (Na Polícia da República de Moçambique), 87,7% responderam sobre a língua Portuguesa, 8,8% responderam sobre a língua *makhuwa*, e 3,5% sobre a língua *mwani*. Ninguém respondeu sobre a língua *makonde* e Swahili.

Sobre a língua utilizada pelos cidadãos inquiridos no Hospital para falar com o médico sobre a situação da sua saúde, 91% responderam que falam a língua Portuguesa, 8,8% respondeu que fala a língua *makhuwa*. Sobre o período de campanhas eleitorais, as

línguas mais utilizadas com frequência para pedir o voto na cidade de Pemba, 54,4% responderam assinalando a língua *makhuwa*, e 45,6% respondeu assinalando a língua Portuguesa. Em relação ao Ensino Bilíngue (Português e *Emakhuwa*), 77,2% gostariam que os seus filhos estudassem numa escola bilíngue, mas 22,8% responderam que não gostariam que os seus filhos estudassem numa escola bilíngue.

Em relação à obtenção do conhecimento científico, 33,3% acham que não é possível que isso aconteça, mas 66,7% acham que sim, é possível a obtenção do conhecimento científico, utilizando a língua *makhuwa*. Sobre a oficialização das línguas locais (línguas *bantu*) do país, 54,4% responderam que não gostariam que a língua *makhuwa* fosse uma das línguas oficiais do país, e 45,6% responderam que gostariam que ela fosse uma das línguas oficiais do país. A respeito de ter os documentos oficiais do município, escritos em língua *makhuwa*, 29,8% responderam que gostariam a língua tivesse sua presença, e 70,2% responderam que não gostaria que isso acontecesse.

Inquiridos se acham que a língua *makhuwa* é importante para a nossa sociedade e deve ser preservada, um total de 96,6% responderam que sim, mas somente 3,5% responderam que a língua *makhuwa* não é importante para a nossa sociedade e que não deve ser preservada.

A figura abaixo mostra o que os cidadãos inquiridos responderam sobre o desejo ou não de aprender a língua *makhuwa* com apoio de dicionários e gramáticas. Cerca de 84,2% dos entrevistados desejam aprender a língua *makhuwa*.

Sobre o Estado moçambicano valorizar as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional, 56,1% responderam que sim, e 43,9% responderam que o Estado moçambicano não valoriza as línguas nacionais como patrimônio cultural e educacional. Sobre o Estado moçambicano promover o desenvolvimento das línguas nacionais de origem africana (Línguas *bantu*), 64,9% responderam que sim, e 35,1% responderam que o Estado moçambicano não promove o desenvolvimento nacionais de origem africana (línguas *bantu*).

Já em relação à utilização crescente das Línguas Bantu Moçambicanas, promovida pelo Estado moçambicano, 54,4% responderam que não, e 45,6% responderam que o Estado moçambicano promove a crescente utilização da Línguas Bantu Moçambicanas. Em relação às línguas utilizadas nas práticas dos ritos de iniciação, 77,2% responderam sobre a língua *makhuwa*, 7% sobre a língua *Kimwani*, 7% sobre a língua portuguesa, e 8,8% sobre a língua *Shimakonde*. Sobre a possibilidade do

desaparecimento rápido da língua *makhuwa* devido ao domínio da língua portuguesa como a língua oficial do país, 75,4% responderam que não acha que seja possível, e 24,6% responderam que sim, acha que seja possível o desaparecimento rápido da língua *makhuwa* devido ao domínio da língua Portuguesa.

As análises feitas nos dados colhidos através do questionário mostraram que a língua *makhuwa* é a língua materna da maioria dos moradores da cidade de Pemba, seguido da língua *mwani*, e em terceiro lugar ficou a língua portuguesa, e posteriormente vem a língua *makonde*. Há uma minoria de cidadãos que tem simultaneamente a língua portuguesa e *Emakhuwa* com as suas línguas maternas.

Mesmo que a língua portuguesa não seja a língua materna da maioria, a maioria dos cidadãos de Pemba a utiliza para falar no ambiente doméstico com menos frequência com suas famílias (pai, mãe, filhos, tios, irmãos, primos), enquanto com os vizinhos é a língua *makhuwa* que as pessoas vão falar com mais frequência. É de criticar este fato, pois como é que a língua *makhuwa*, sendo a língua da maioria dos cidadãos de Pemba, vai estar mais presente na comunicação com os vizinhos, mas no ambiente doméstico é com menor frequência? A motivação disso é que as pessoas preferem que os seus filhos falem mais em casa e tenham o domínio da língua portuguesa, para que gozem e tenham os privilégios que essa língua proporciona como a oficial do país, sendo ela a que será usada nos exames de admissão as universidades, nas entrevistas de emprego, nas leis, e na maioria dos domínios administrativos do país.

Os lugares públicos que têm mais destaque em relação à utilização da língua *makhuwa* na cidade de Pemba são os mercados, em primeiro lugar, pois é neles que as pessoas mais falam e se expressam livremente, e em segundo lugar são os parques de transportes rodoviários. Já nas escolas primárias e secundárias, nas universidades, nas esquadras, na biblioteca municipal e na conservatória, a língua *makhuwa* é pouquíssimo utilizada, o que revela que as pessoas ainda têm preferências em relação aos lugares onde se fala a língua local, e que esses outros lugares públicos em que a língua *makhuwa* é pouquíssimo utilizada há uma restrição.

Ninguém morre ou perde sua dignidade se em instituições e lugares de caráter público fizer o uso das línguas locais moçambicanas. Isso viola os Direitos Linguísticos que constam na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), que foi também assinada pelo Estado Moçambicano, mas o seu cumprimento é restrito, sendo que essa Declaração diz que todos os povos têm o direito de usar suas línguas em todos os lugares

e instituições de caráter público. Entende-se que a Declaração não diz que merecem esses direitos somente as línguas de origem europeia, mas todas as comunidades linguísticas.

A língua *makhuwa* e os cidadãos de Pemba estão inclusos nesses Direitos Universais Linguísticos, por isso que os políticos assim como a/as comunidade /as linguística/as de Pemba, ou seja, cidadãos de Pemba precisam entender que não basta só dizer que consideram e valorizam as línguas nacionais na Constituição de 2004, mas na prática restringi-las nos diversos lugares e instituições de caráter público. Isso é um crime, se considerarmos o não cumprimento dos Direitos Linguísticos que constam nessa Declaração. Constatou-se no que diz respeito às religiões que a língua utilizada com mais frequência é a língua portuguesa. Embora a língua *makhuwa* e árabe também sejam utilizadas em momentos como a pregação, cânticos, oração, leitura dos livros sagrados como o Alcorão e a Bíblia, momentos de avisos ou anúncios, a língua portuguesa é a mais utilizada.

Na comunicação social, seja na Televisão e na Rádio Moçambique, a maioria das pessoas preferem continuar acompanhando as notícias e os programas em português, e a minoria gostaria de acompanhar na língua *makhuwa* e outras línguas locais faladas na cidade de Pemba, embora a maioria dos cidadãos de Pemba tenham o *makhuwa* como a sua língua materna. Isso acontece devido às políticas linguísticas que não favorecem e não dão o devido valor às línguas locais moçambicanas. Os programas televisivos e radiofônicos são passados e apresentados na maioria em português, sem contar que novelas, algo que atrai muito a atenção e audiência feminina, são apresentados em português, quase tudo é apresentado em português, por isso que a maior prefere continuar acompanhando a maioria dos programas em português.

No seu Art. 6º, a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) exclui a ideia de que uma língua possa ser considerada própria de um território unicamente por ser a língua oficial do Estado ou ser tradicionalmente utilizada nesse território como língua de administração ou de certas atividades culturais. Em Moçambique, a língua portuguesa tem sido uma língua de privilégios, por ser considerada e consagrada pela própria Constituição da República (2004) como a língua oficial, o que sustenta a ação de desvalorização e pouca importância em relação às outras línguas locais de Moçambique em lugares e instituições de caráter público. A língua portuguesa não deve ser a única oficializada em Moçambique. Se os políticos oficializarem algumas línguas *bantu* moçambicanas, claramente que as pessoas não vão enxergar problemas em criar também

os seus filhos nas línguas locais, essas línguas serão bem-vistas e terão mais lugares de uso e fala. Mas, para tal, é necessário que os políticos se movam e procurem criar políticas e planejamento linguísticos que valorizem na prática as línguas locais moçambicanas.

No atendimento e conversa com o médico sobre a situação da saúde, os cidadãos de Pemba utilizam mais a língua portuguesa, mesmo os que têm *Emakhuwa* e outras línguas locais como suas línguas maternas, embora não tenham o domínio da língua portuguesa. Isso é perigoso, se considerar os riscos de bloqueio e falta de compreensão perfeita da explicação do problema na saúde dos pacientes, o que pode comprometer no diagnóstico. As políticas linguísticas moçambicanas precisam ser projetadas considerando e olhando para a realidade vivida e não se basear na ideia de ter só a língua portuguesa como a única língua oficial do país.

Os políticos moçambicanos precisam seguir o exemplo da vizinha África do Sul, que também oficializou outras línguas, além do inglês. A mesma situação acontece nas Esquadras (Polícia da República de Moçambique - PRM), em que a maioria dos cidadãos de Pemba utiliza a língua portuguesa, para prestar uma queixa e ser interrogado. As pessoas que não sabem se explicar diretamente em português merecem atenção e gozar dos seus direitos linguísticos nas suas próprias línguas, não se sentir limitadas por não se comunicar e se expressar direto na língua portuguesa, pois elas têm suas línguas e merecem gozar do direito de utilizá-las onde quer que desejarem, no território nacional onde elas são faladas.

Os candidatos políticos utilizam com mais frequência a língua *makhuwa* do que a língua portuguesa, no período de campanhas eleitorais, para pedir o voto. A língua *makhuwa* não só serve para pedir o voto dos eleitores, mas também para outros domínios administrativos da cidade de Pemba. Os mesmos políticos que oficializaram e dão um status de superioridade à língua Portuguesa, são os mesmos que utilizam a língua *makhuwa* e as outras línguas locais moçambicanas para pedir o voto. Essa atitude mostra como é tratada a política linguística moçambicana, pois ao invés de valorizar as línguas locais moçambicanas, fazem delas um meio para conseguir os seus objetivos políticos, ou seja, a política linguística moçambicana também é usada para a manipulação do povo moçambicano com promessas, que na maioria das vezes nem são cumpridas após as eleições.

Nos ritos de iniciação, a maioria dos cidadãos de Pemba utiliza a língua *makhuwa*. Este ambiente é um dos lugares que é mais falada a língua *makhuwa*, apesar de também

se verificar a presença língua portuguesa, mas pelo fato de os ritos de iniciação serem também práticas culturais de Cabo Delgado, há assuntos e ensinamentos que são melhor tratados nas línguas locais. A maioria dos cidadãos de Pemba acredita que é possível obter o conhecimento científico utilizando a língua *makhuwa* e gostaria que os seus filhos estudassem em uma escola bilíngue, mas é a mesma maioria que afirma que não gostaria que os documentos oficiais do município também fossem escritos em língua *makhuwa* e que não gostaria que a língua *makhuwa* fosse uma das línguas oficiais, o que revela que se a língua *makhuwa* tivessem também lugar nos espaços públicos e instituições de caráter público fossem tratadas da mesma forma que a língua portuguesa é, responderam que gostariam que a língua *makhuwa* fosse uma das oficiais do país. É missão e dever dos políticos oficializar a língua *makhuwa* e outras línguas bantu moçambicanas, para que esse cenário vivido possa mudar e as línguas moçambicanas gozem realmente dos seus Direitos Linguísticos. De acordo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), “Todas as comunidades linguísticas têm direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território” (Art.15), o que significa que não é a ausência de leis, mas sim a falta do cumprimento delas.

Pemba apesar de ser uma cidade, a língua *makhuwa* tem sido importante para a comunicação cotidiana dos cidadãos em contextos informais da sociedade. Na cidade de Pemba existe a educação bilíngue no birro de Paquite onde se ensina *kimwani* e português. Este ensino bilíngue ainda é experimental. Há bairros da cidade de Pemba em que se ensina *Emakhuwa* e português. Esses projetos de educação bilíngue estão em regime experimental e ainda não está generalizado em todas as escolas moçambicanas. Trata-se de um ensino que ainda precisa de apoio do Estado e das autoridades locais, pois o ensino em línguas africanas ainda é menos valorizado pelas famílias porque questionam onde será utilizado uma vez que a língua de poder é o português.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivos específicos analisar como é tratada a política linguística em Moçambique, em especial a língua *makhuwa* falada na cidade de Pemba. Debateu-se, criticamente, o tratamento das línguas *bantu* moçambicanas em relação à língua portuguesa, uma vez que a há tratamento diferenciado entre a língua oficial e a

língua *makhuwa*. Ao nosso ver não deveria existir uma língua superior a outra tal como se observa em Moçambique. Somos a favor da necessidade da preservação, ensino e proteção das línguas africanas em Moçambique. Da pesquisa compreende-se que há falta do cumprimento das orientações sobre os Direitos Linguísticos no território moçambicano. Os objetivos da pesquisa foram atingidos.

A língua *makhuwa* é umas das línguas mais faladas em Moçambique, possuindo vários dialetos falados em diferentes distritos e cidades. Sendo assim, o *Emakhuwa* possui um papel preponderante na transmissão da cultura, nas práticas religiosas e da evocação aos antepassados, nos ritos de iniciação que são parte integrante das culturas locais. A língua *makhuwa* é bastante utilizada em campanhas eleitorais, porque é por ela que a mensagem dos candidatos consegue chegar ao eleitor, por mais que seja analfabeto. A língua *makhuwa* é a língua da maioria da população de Pemba, sendo usada no ambiente doméstico em reuniões familiares e na criação dos filhos. Todas as hipóteses foram comprovadas, mas no ambiente doméstico, as pessoas utilizam o *Emakhuwa* com mais frequência para se comunicar com os vizinhos, enquanto na criação dos filhos nem todos preferem criar os seus filhos comunicando-se em língua *makhuwa*.

Desta pesquisa, conclui-se que o lugar da língua *makhuwa* na cidade de Pemba, não deve ser apenas nos mercados, parques de transportes rodoviários, nos ritos de iniciação, nas práticas religiosas, na transmissão da cultura, nas campanhas eleitorais, na comunicação com os vizinhos. Essa língua poderia ser língua do ensino, da justiça, desde que haja vontade política a sua oficialização. A língua *makhuwa* merece ter o direito de ter espaço em ambientes administrativos e escolares, por isso, a proposta da educação bilíngue em Moçambique é importante e urgente para que as línguas não se percam ao longo do tempo. Para tal, é importante que a política linguística moçambicana seja trabalhada de forma que essas línguas gozem dos seus direitos linguísticos, e que o processo de oficialização da língua *makhuwa* e das demais línguas *bantu* moçambicanas seja levado a sério pelos políticos e detentores do poder de decisão para que num futuro próximo possamos utilizar a língua *makhuwa* sem limitações.

Referências

- ANTONIO, Carlindo Fausto. A língua usada como produção o espaço, do território, do lugar, do cotidiano e do sistema cultural. *Capoeira-Humanidades e Letras*. Vol.1, nº 1, [S.L], 2021.
- BASTOS, Jennifer Ester de Souza; SOUSA, Júlia Maria de Jesus; DA SILVA, Pollyana Mattias Narcisio; DE AQUINO, Rafael Lemes. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. *Brazilian Journal Of Implantodology and Health Sciences*. [S.L], vol.5, n.3, p. 623-636, 2023.
- BERNARDO, Ezequiel Pedro José; TIMBANE, Alexandre António. Por uma política linguística nos serviços de saúde: um estudo sociolinguístico do Hospital Regional de Malanje (Angola). *Revista Letras Raras*. Campina Grande, vol. 9, n. 2, p. 268-290, jun. 2020.
- DE PAULA, Maria Helena; QUIRAQUE, Zacarias Alberto Sozinho. A necessidade de uma política linguística para o multilinguismo em Moçambique. *Revista Domínios de lingu@gem*, [S.I.], vol. 14, n. 4, p. 1220-1237, 6 ago. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *IV Recenseamento Geral da População e Habitação*: Indicadores sociodemográficos Moçambique. Maputo: INE, 2017.
- KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África?* Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- MANZATO, António José; SANTOS, Adriana Barbosa. *Elaboração de questionários de pesquisa quantitativa*. Departamento de Ciência de Computação e Estatística, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Preto, 2012.
- MATEUS, Henrique; TIMBANE, Alexandre António. Cuidados de saúde em gitonga e português: rumo a um dicionário bilingue. *Revista Afluente*, UFMA/Campus III, vol.4, n.12, p.144-167.mai. /ago. 2019.
- MIRANDA, Danilo de Santos de; ALONSO, Ângela; GUEZZI, Daniela Ribas; JÚNIOR, Jaime Santos; LIMA, Márcia; BRITO, Murillo Marschner Alves de; TORINI, Daniel; COELHO, Vera Schattan Ruas Pereira. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*: Bloco quantitativo. São Paulo: CEBRAP, 2016.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*, 51, de 22 de dezembro de 2004. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2004.
- NGUNGA, Armindo; BAVO, Názia Nhongo. *Práticas linguísticas em Moçambique*: Avaliação da vitalidade linguísticas em seis distritos. Maputo. Imprensa Universitária, 2011.

NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Osvaldo Guirruço. *Padronização da Ortografia das línguas moçambicanas*: Relatório do III Seminário. Maputo: Imprensa Universitária, 2012.

SEVERO, Cristine Gorski. Política(s) linguística(s). *Revista Alfa*, São Paulo, vol. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

TAMBA, Pansau; TIMBANE Alexandre António. A política e o planejamento linguístico na África: caminhos para a valorização das línguas africanas. *Revista Intertexto*, [S.I.], vol.17, n.1, dez. 2024.

TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato; ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. As políticas públicas e o desenvolvimento endógeno em África. *Web Revista: Sociadialetto*, Campo Grande, vol. 5, n. 13, jul. 2012.

TIMBANE, Alexandre António; VICENTE, José Gil. Plurilinguismo em Moçambique: debates e caminhos para uma educação linguística inovadora. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. Lisboa, n.31, p. 91-112, 2017.

TIMBANE, Alexandre António. A Justiça moçambicana e a questão de interpretação forense: um longo caminho a percorrer. *Language and Law/Linguagem e Direito*, Goiás, v.3, n.2, p.78-97, 2016.

TIMBANE, Alexandre António. A geomorfologia e a hidronímia ecolinguística em Moçambique: a língua e o meio ambiente em debate. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguística*, [S.I.], v.9, n.2, p.54-72, 2023.

UNESCO. *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos*. Barcelona-Espanha, 1996. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao21/pdfs/declaracao.pdf>. Acesso em: 10-25. nov. 2024.